

A importância dos escravizados nas expedições naturalísticas de Langsdorff no interior do Brasil (1824 – 1829)

André Luiz Gomes da Silva¹
Amanda Almeida de Araújo²

Resumo

A expedição científica de Georg Heinrich von Langsdorff (1774-1852) pelo interior do Brasil (1824-1829) dependeu fundamentalmente do trabalho e saberes de auxiliares livres e escravizados, enquanto simultaneamente operou seu apagamento epistêmico. Com base em seus diários, na iconografia de Rugendas, em registros de Hércules Florence, na historiografia recente e utilizando as lentes do pensamento abissal e das epistemologias do Sul, esta análise demonstra como a ciência metropolitana se construiu através de uma linha abissal que legitimou a apropriação violenta de corpos e conhecimentos na zona colonial. Escravizados especializados, como Alexandre, treinado em técnicas de coleta e preparação de espécimes, foram tratados como recursos descartáveis, e seus saberes, sistematicamente invisibilizados. Seu assassinato exemplifica o epistemicídio inherente à hegemonia colonial. Este artigo busca não apenas resgatar estas contribuições subalternizadas, mas promover uma ecologia de saberes que confronte a injustiça cognitiva e reconheça aqueles silenciados pela narrativa oficial da ciência.

Palavras chave: historiografia da ciência, colonialismo científico, circulação de saberes, epistemologia do sul, desigualdades epistêmicas

Abstract

The scientific expedition led by Georg Heinrich von Langsdorff (1774–1852) through the Brazilian interior (1824–1829) fundamentally relied on the labor and knowledge of enslaved individuals, while simultaneously operating through their epistemic erasure. Drawing on Langsdorff's diaries, Rugendas' iconography, Hércules Florence's accounts, recent historiography, and the theoretical lenses of abyssal thinking and epistemologies of the South, this analysis demonstrates how metropolitan science was constructed across an abyssal line that legitimized the violent appropriation of both bodies and knowledge in the colonial zone. Enslaved specialists, such as Alexandre—trained in specimen collection and preparation techniques—were treated as disposable resources, and their knowledge was systematically invisibilized. His assassination exemplifies the epistemicide inherent to the colonial hegemony. This article seeks not only to recover these subalternized contributions but also to promote an ecology of knowledges that confronts cognitive injustice and recognizes those silenced by the official narrative of science.

¹ Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior; Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6412-7751>; e-mail: algsilva@id.uff.br.

² Graduada em Licenciatura em Ciências Naturais INFES/UFF; e-mail: almeida_amanda@id.uff.br.

Keywords: historiography of science, scientific colonialism, circulation of knowledge, epistemologies of the South, epistemic inequalities.

Introdução

A historiografia da ciência tem enfatizado, nas últimas décadas, a dimensão social e política das práticas científicas em contextos coloniais. Obras fundamentais como a de Raj (2013) destacam a circulação assimétrica de saberes e a profunda dependência das expedições naturalísticas de agentes locais e subalternizados, cujas contribuições foram subsequentemente apagadas pela narrativa oficial de uma ciência europeia autossuficiente. No caso brasileiro, a expedição do Barão Georg Heinrich von Langsdorff (1774–1852) entre os anos de 1824 e 1829 constitui um exemplo emblemático desse processo, pois ao mesmo tempo que produziu vastas coleções de zoologia, botânica e etnografia, praticou um epistemicídio ativo ao apagar sistematicamente a contribuição de trabalhadores escravizados, responsáveis por tarefas logísticas e técnicas fundamentais (SANTOS, 2007). Como destacam Komissarov (1994) e Silva (1997a,b,c), sua expedição só foi possível graças ao trabalho braçal e técnico de escravizados e outros auxiliares livres, que carregavam equipamentos, auxiliavam na coleta e preparação de espécimes biológicos e minerais, além de enfrentarem condições de vida extremas.

A relação de Langsdorff com a escravidão era marcada por contradições, embora seus diários registrem momentos de aparente compaixão pelos escravizados, como ao descrever suas péssimas condições de trabalho (SILVA, 1997a), ele os tratava como propriedades descartáveis, vendendo-os quando adoecidos ou considerados inúteis para a expedição (SILVA, 1997a). Essa dualidade reflete o contexto da época, em que a escravidão era amplamente naturalizada, mesmo entre intelectuais e cientistas. No entanto, a moral é historicamente situada e práticas hoje consideradas inaceitáveis eram então tratadas como parte do cotidiano (MONTANHA et al., 2016).

Essa realidade não se limitava a Langsdorff, outros naturalistas, como Auguste de Saint-Hilaire, Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius, também se valeram do trabalho escravizado, muitas vezes reproduzindo discursos racistas em seus relatos (VERSIANI, 2000). Paralelos podem ser traçados com casos como o de York, escravizado que participou da expedição de Lewis e Clark nos EUA, cujas contribuições foram essenciais, mas amplamente ignoradas (JOHNSGARD, 2003; CHAVIS & GALLO, 2021). Esses exemplos revelam um padrão de exploração e apagamento que permeou a ciência colonial e imperial.

Este artigo busca analisar a expedição Langsdorff à luz de uma perspectiva pós-colonial, articulada pelos quadros teóricos do pensamento abissal e das epistemologias do Sul (SANTOS, 2007). Objetiva-se demonstrar como a empresa científica do século XIX operava por meio de uma linha abissal que dividia a realidade: de um lado, a ciência metropolitana (lado A da linha), de outro, um território de apropriação violenta de saberes e corpos, onde os conhecimentos dos escravizados eram instrumentalizados

e, subsequentemente, produzidos como inexistentes (SANTOS, 2007). Ao resgatar essas contribuições, alinha-se ao projeto de uma ecologia de saberes que visa combater a injustiça cognitiva global inerente ao projeto colonial (SANTOS, 2007; MENESES, 2008, RAJ, 2013). Para além de destacar contradições éticas, busca-se compreender como a relação colonial e escravista constituiu a própria prática naturalística do século XIX, à luz de uma perspectiva pós-colonial da história da ciência.

Metodologia

Este artigo adotou uma abordagem qualitativa baseada na análise de dados secundários, utilizando fontes bibliográficas disponíveis sobre a expedição Langsdorff e o papel dos escravizados nas expedições científicas do século XIX. Foram selecionadas e revisadas fontes primárias, como os diários de Langsdorff organizados por Silva e Komissarov (1997a, 1997b, 1997c), e obras historiográficas sobre a expedição. Além disso, foram incorporados trabalhos sobre a escravidão no contexto das expedições naturalistas, bem como registros iconográficos, destacando-se as gravuras de Johann Moritz Rugendas, analisadas com base em interpretações contemporâneas (ANTUNES, 2013; SLENES, 2022).

A perspectiva teórica que orienta a análise é a das epistemologias do Sul (SANTOS, 2007; MENESES, 2008), que busca descolonizar o saber e reconhecer a existência de conhecimentos subalternizados, historicamente invisibilizados pela ciência moderna. Nesse sentido, a metodologia aqui empregada não apenas descreve, mas também questiona as estruturas epistêmicas que legitimaram a exclusão dos saberes não europeus, analisando as interações entre Langsdorff e seus auxiliares escravizados pela perspectiva circulacionista de Raj (2013).

A análise crítica dos dados concentrou-se em dois eixos principais, articulados à noção de linha abissal (SANTOS, 2007), que separa o mundo metropolitano da zona colonial, onde vigora a apropriação violenta de saberes e corpos. Primeiramente, realizou-se uma análise de conteúdo dos diários de Langsdorff, extraíndo passagens que descreviam a relação do naturalista com os escravizados, suas condições de trabalho e suas contribuições técnicas. Em seguida, procedeu-se a uma análise comparativa entre o tratamento dado por Langsdorff aos escravizados e o de outros naturalistas, evidenciando um padrão de epistemocídio que caracteriza a ciência colonial (SANTOS, 2007).

Os resultados foram sistematizados para destacar as contradições éticas no uso do trabalho escravizado, contextualizando-as no marco moral da época. A pesquisa também reforçou a necessidade de uma revisão historiográfica que inclua narrativas marginalizadas, promovendo uma visão mais crítica e inclusiva da história da ciência.

Apesar dos avanços, a pesquisa enfrentou limitações, como a escassez de registros diretos dos escravizados e a narrativa direta desses personagens. Essa lacuna é sintomática da própria violência epistêmica denunciada por Santos (2007) e Meneses (2008), que interpretou os escravizados como inexistentes do ponto de vista cognitivo. No entanto, o estudo demonstrou a importância de abordagens interdisciplinares, combinando história, antropologia e análise visual, para resgatar vozes subalternas e propor novas perspectivas sobre o papel dos escravizados nas expedições científicas,

alinhandos assim ao projeto de uma ecologia de saberes (SANTOS, 2007; ANTUNES, 2013; SLENES, 2022).

Resultados e discussão

Georg Heinrich von Langsdorff nasceu em Hesse, na atual Alemanha, em 18 de fevereiro de 1774. Formou-se em medicina pela Universidade de Göttingen e frequentou sociedades científicas europeias, nas quais gozava de grande prestígio e reconhecimento. Estabeleceu-se na Rússia, onde se naturalizou e foi eleito membro da Academia de Ciências de São Petersburgo. Seu interesse pela História Natural o levou a grandes viagens pelo mundo. Foi nomeado em 1813 pelo czar Alexandre I para a função de cônsul-geral no Rio de Janeiro e se instalou na Fazenda Mandioca, que fica às margens do caminho novo para as Minas Gerais nas proximidades do antigo Porto da Estrela, em 1816, de onde começou a idealizar sua viagem científica pelo interior do Brasil (KOMISSAROV, 1994; BANCO DO BRASIL, 2010; LOPES JUNIOR, 2025).

Em 08 de maio de 1824 Langsdorff faz seu primeiro registro em seus diários de campo partindo do Porto da Estrela, um entreposto comercial no recôncavo da Guanabara, conforme documentado por viajantes como Rugendas, Saint-Hilaire e Luccock (LOPES JUNIOR, 2025) na localidade que hoje faz parte do Município de Magé, Rio de Janeiro, seguindo pelo Caminho do Proença até as Vilas de São João Del Rei e Ouro Preto, província de Minas Gerais (SILVA, 1997a; SILVEIRA, 2022). Posteriormente, Langsdorff realiza uma segunda expedição partindo do Rio de Janeiro, passando por São Paulo, Cuiabá em direção à Belém no Pará (KOMISSAROV, 1994; SILVA, 1997a,b,c; FLORENCE, H., 2007; BANCO DO BRASIL, 2010) (Figura 1).



Figura 1- caminho da Expedição Langsdorff (MONTEIRO & KAZ, 1998, p. 29).

Para tornar possível a realização desta expedição científica, foi necessário adquirir negros escravizados e auxiliares livres para auxílio técnico e logístico da viagem. O aluguel de tropas de mulas também foi imprescindível para que as provisões e os instrumentos técnicos que a pesquisa requeria fossem transportados ao longo das viagens (KOMISSAROV, 1994; BANCO DO BRASIL, 2010). Este comércio está inserido em uma lógica mercantil amplamente documentada no Porto da Estrela, onde o tráfico de pessoas e a comercialização de escravizados eram práticas comuns (LOPES JUNIOR, 2025).

Para essa expedição e para tantas outras que percorreram o Brasil, a mão de obra escrava teve uma grande importância, pois todo o trabalho braçal era realizado pelos escravizados e auxiliares contratados. Por essa razão, a relação dos naturalistas viajantes com a escravidão reflete as complexidades e contradições da época: enquanto os naturalistas faziam descobertas científicas e registravam informações valiosas sobre a flora, fauna, mineralogia e culturas indígenas da região, eles também estavam imersos em um sistema de exploração e opressão humana.

Na gravura de Rugendas (Figura 2), feita durante a primeira expedição de Langsdorff, vemos um grupo de viajantes atravessando o Rio Paraíba do Sul (Rio Parahyba), divisa do Rio de Janeiro e Minas Gerais, com uma pequena embarcação carregada de mercadoria onde os escravizados realizavam a condução e os muares atravessavam a nado. Esta travessia era perigosa, principalmente na época das cheias.

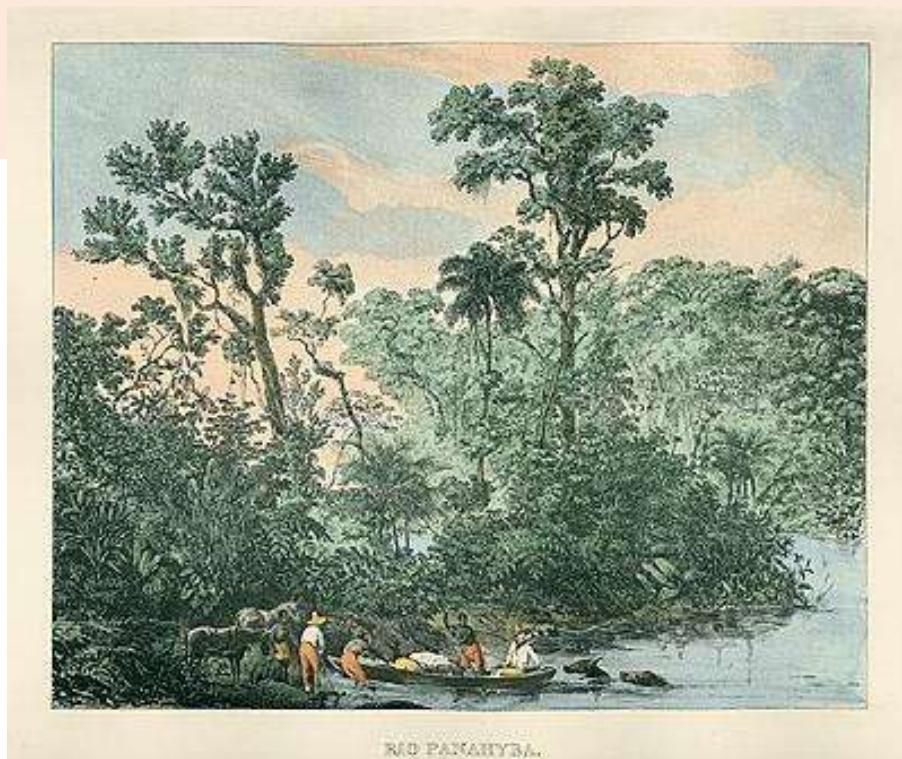


Figura 2- Rio Paraíba do Sul (“Rio Parahyba”), 1822 - 1825, Johann Moritz Rugendas , Litografia, 36.2 x 56.2 cm. Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019.

Esses aspectos dos naturalistas viajantes ressaltam a necessidade de considerar tanto as contribuições quanto as práticas problemáticas dos indivíduos históricos, pois podem invisibilizar a agência e os saberes dos sujeitos subalternizados (LOPES JUNIOR, 2025). A escravidão era uma parte significativa da economia e da sociedade do Brasil e naquela época muitos cientistas e exploradores estavam envolvidos com a escravidão de maneiras que hoje são vistas como moralmente inaceitáveis. No entanto, o homem tem sua conduta datada historicamente e, se a moral é entendida como um conjunto de regras e normas que norteiam as relações humanas, é, por sua vez, também historicamente datada, ou seja, a moral e a ética se modificam ao longo do tempo, são um fato histórico (MONTANHA et al., 2016).

Langsdorff, embora vivesse em uma época em que a escravidão fosse comumente aceita, tinha uma visão dúbia, pois ao mesmo tempo em que se compadecia do sofrimento dos escravizados, mantinha uma relação de domínio senhoril sobre eles, pois também era fazendeiro e dono de escravizados. Em seus manuscritos não há, em nenhum momento, uma crítica ou denúncia contra a escravidão (KOMISSAROV, 1994).

No entanto, em alguns trechos dos seus diários, Langsdorff cita acontecimentos e sua relação com seus escravizados, como no dia seis de junho de 1824 em que relata as péssimas condições de trabalho a eles submetidas (SILVA, 1997a, p. 27):

"O caminho era bastante montanhoso e pedregoso, com lascas pontudas de quartzo, que provocavam muitas dores nos pobres negros que andavam descalços".

Embora reconhecesse as péssimas condições de vida dos seus escravizados, quando estes ficavam doentes reclamava que era um transtorno para a expedição, como descreveu no dia 12 de junho de 1824, na qual ele preferiria vende-los à arcar com seu tratamento (SILVA, 1997a, p. 37):

"Um dos meus negros, que, em cinco anos, nunca ficara doente, contraiu a boubá, uma doença africana que dizem ser contagiosa e parecida com a sífilis. Achei melhor levá-lo para ser tratado no hospital do que carregá-lo doente, comigo. Pouco antes de partir, encontrei-me casualmente com um capitão de ordenanças da Vila de São João, o Sr. Carlos Eugênio de Sousa Ferraz, e falei-lhe a respeito do meu pesar. Disse-lhe que eu preferia vender o negro do que arcar com mais despesas ainda, pois o hospital custa 9.800 réis por mês, a viagem de volta custaria entre 4.000 e 6.000, e eu ainda perderia, de qualquer forma, o trabalho de um homem para a viagem. Por isso, decidi que seria melhor vendê-lo, e ele me pagou imediatamente o valor, sem dúvida pequeno, de 150.000 réis em prata".

A linguagem de Langsdorff é reveladora, pois o corpo adoecido do escravizado é enquadrado como um transtorno logístico e financeiro. Mais do que uma contradição ética, este episódio expõe a lógica mercantil escravista operando no cerne do empreendimento científico. O valor do indivíduo é calculado não por seu potencial de recuperação ou pelo conhecimento que detém, mas por seu preço de venda residual. A ciência, neste contexto, não se opõe ao sistema escravagista, é por ele viabilizada e corrompida, transformando o naturalista em um gerente de recursos humanos descartáveis.

Este episódio é a encarnação perfeita do que Santos (2007) identifica como a tensão fundamental do pensamento abissal moderno: a regulação/emancipação, aplicável deste lado da linha (o mundo metropolitano), coexiste sem contradição com a apropriação/violência, aplicável do outro lado da linha (a zona colonial). Na sociedade civil metropolitana, vigora o contrato social; na colônia, vigora o estado de natureza hobbesiano, onde, como apontado por Langsdorff, o cálculo mercantil sobrepuja a qualquer noção de direito ou humanidade. O escravizado doente deixa de ser um sujeito para tornar-se um problema a ser resolvido pela venda, operação inconcebível de ser aplicada a um cidadão deste lado da linha.

Em outro registro feito no dia 01 de julho de 1824, mostra que quando os escravizados não tinham mais serventia, eram vendidos, mesmo sendo o único especialista que poderia ajudá-lo com o trato aos animais (SILVA, 1997a, p. 49):

“Hoje foi um dos dias mais desagradáveis da viagem. Tive que vender o único negro (João) que sabia mais ou menos lidar com os animais, por causa da boubá (uma doença que provoca erupção cutânea) - acho que já falei sobre isso antes. Ficaram ainda muitos, mas nenhum deles sabe carregar um animal”.

Até mesmo para refazer suas finanças e dispor de dinheiro em caixa esses escravizados eram então negociados, como consta da passagem do dia 18 de setembro de 1824 (SILVA, 1997a, p. 140):

“Seguimos viagem. Deixei aqui um dos meus negros, que vendi por 300.000, metade em ouro e metade em prata, para melhorar as minhas finanças”.

Na segunda parte da expedição, de São Paulo ao Pará, a comitiva contava com 36 homens, dentre caçadores, criados e escravizados. Dentre eles, seguiam três homens negros escravizados: Alexandre, caçador e preparador das coleções zoológicas, João, que era cozinheiro e alfaiate e Roberto, auxiliar e caçador (BAILÃO, 2022).

O caso que melhor descreve a importância dos escravizados na expedição científica de Langsdorff foi o assassinato do escravizado Alexandre no dia 03 de dezembro de 1826 na localidade de Itu. Langsdorff o descreveu assim (SILVA, 1997b, p. 46):

“Ele era um Cabinda, com idade entre 16 e 17 anos. Comprei-o quando ele tinha 8 ou 9 anos. Ensinei-lhe as técnicas de manuseio e preparo do material coletado, como, por exemplo,

depenar pássaros, esfolar animais e caçar insetos. Era um bom atirador; conhecia bem os pássaros e seus hábitos; sempre voltava para casa com caças muito bem escolhidas”.

O assassinato de Alexandre foi uma trágica perda para Langsdorff e sua expedição. Ele foi perseguido e golpeado até a morte. Com todo pesar, Langsdorff descreve o ocorrido no dia 03 de dezembro de 1826 (SILVA, 1997b, p. 46):

“Eu o havia enviado essa tarde à cidade, para comprar algodão para a viagem que começa amanhã. Ele voltou, disse-me o preço e a quantidade que ele encontrara e, mais ou menos meia hora antes de anoitecer, deixou a casa. Como eu poderia imaginar que não veria mais vivo esse bravo servidor fiel e honesto? Corri para a cidade e o encontrei frio, inconsciente, mergulhado numa poça de sangue, estirado na frente de uma casa. Ele sofrera golpes mortais na cabeça e na testa, um corte mortal na clavícula esquerda, ao lado da aorta subaxilar ou clavicular”.

O crime foi motivado por ganância e interesse financeiro, sendo cometido por indivíduos cujo objetivo se restringia à obtenção de vantagem econômica. Trata-se de um episódio inesperado que levou o cônsul a perceber, de forma aguda, os riscos inerentes à violência urbana a que estava exposto (FREITAG-ROUANET, 2013). Com base nas circunstâncias então apuradas, Langsdorff presumiu que os autores do crime seriam outros negros, conforme registrado em seu relato (SILVA, 1997b, p. 47):

“Tudo que descobri foi que ele foi perseguido por duas pessoas, provavelmente dois negros, veio correndo, gritando alto, da rua transversal (travessa do Rosário) em direção à porta aberta de uma venda; desta, correu para a frente da casa (através de uma porta secundária) na rua das Casinhas, e caiu no lugar em que o encontrei morto. Pouco antes, Alexandre havia passado por alguns alemães que ele conhecia, conversou com eles de modo modesto e tímido e disse-lhes que queria comprar algodão para a viagem. Meia hora depois, eles souberam que o escravo de um estranho fora assassinado; correram para o local, encontraram Alexandre já morto e mandaram imediatamente me comunicar o terrível incidente”.

A investigação e elucidação da morte de Alexandre não foi tarefa fácil, haja visto as condições sociais e tecnológicas da época em que o assassinato fora cometido. No entanto, o crime teve uma conclusão, como relata Langsdorff (SILVA, 1997b, p. 48):

“Depois de investigar, logo fiquei sabendo que Alexandre esteve na rua com as vendedoras; depois chegaram dois negros que se juntaram a ele, e logo mais dois, um deles embrulhado em um lençol, carregando uma faca, e o quarto estava armado com uma clava. Este é desconhecido; o outro, que o feriu com a faca, pertencia ao comerciante José de Barros e é marido de uma negra

chamada Joaquina, com a qual Alexandre tinha conversado. Talvez ele fosse conhecido dessa negra. Ao que parece, ele foi convidado por alguém para ir, na escuridão da noite, a uma rua deserta no meio da cidade de Itu”.

Antoine Hercule Romuald Florence (1804-1879) foi um dos pintores contratados por Langsdorff para acompanhar e registrar com desenhos e gravuras a expedição. Ele também deixou suas impressões registradas em um diário que descreve outra versão sobre o assassinato de Alexandre (FLORENCE, 2007, p. 17):

“Durante os três dias de minha estada em Itu, foi um escravo do Sr. Cônsul morto por um negro desta cidade, por causa, disseram-nos, de uma preta. Não houve meios de obter justiça: o assassino fugiu para os matos, e as autoridades não pareceram dispostas a tomar a peito sua captura”.

Todavia, as informações registradas por Florence revelam-se bastante sucintas, escritas posteriormente aos fatos e baseadas em relatos de terceiros, como se observa na expressão utilizada por ele: “disseram-nos” (FLORENCE, 2007). Tal formulação indica que o autor não testemunhou diretamente os acontecimentos narrados. Além disso, é perceptível, em sua transcrição, um certo distanciamento emocional em relação à vítima, um homem escravizado, uma vez que sua indignação recai unicamente sobre a impunidade do crime, e não sobre o ato em si, mostrando assim um apagamento epistêmico de Alexandre (SANTOS, 2007). Em contraste, os relatos de Langsdorff apresentam-se de forma mais detalhada e impregnada de forte carga emocional. Seus escritos indicam, de maneira clara, que ele presenciou a cena do crime, tendo visto Alexandre caído ao chão, morto (SILVA, 1997b). Diante disso, é possível afirmar que a versão de Langsdorff acerca do assassinato de Alexandre se mostra como a mais verossímil.

Como foi relatado anteriormente, Langsdorff treinou Alexandre para ser seu assistente de campo o auxiliando no trabalho de coletar plantas e caçar animais para sua coleção científica. Segundo ele, treinar alguém neste ofício é difícil e dispendioso (SILVA, 1997b, p. 47):

“Para mim e para a expedição foi uma grande perda. Alexandre era um bom escravo: realizava, com boa vontade e prazer, suas tarefas, nas quais havia adquirido grande habilidade. Atualmente, ele era meu único atirador e auxiliar para esta viagem. Sua habilidade e diligência me permitiam empregar meu tempo com o material científico e com as pesquisas”.

A morte de Alexandre representa mais do que uma tragédia pessoal ou uma perda logística; é um epistemocídio – o apagamento violento de um sistema de conhecimento subalternizado (SANTOS, 2007). Seu treinamento especializado o tornava um arquivo vivo de técnicas de coleta, caça e preparação, um conhecimento que a ecologia de saberes da expedição dependia, mas que a epistemologia abissal de Langsdorff não podia reconhecer como válido por si só. O lamento de Langsdorff é pelo instrumento

perdido, não pelo colaborador assassinado. Essa incapacidade de ver o outro como produtor de conhecimento é o cerne da colonização epistémica criticada pelas epistemologias do Sul, que denunciam como o Sul global foi historicamente produzido como objeto, e não sujeito, do saber (MENESES, 2008). Conforme argumenta Raj (2013), a circulação de saberes implica transformação e negociação

Durante a expedição era difícil encontrar alguém, livre ou escravizado, para as práticas de coleta científica e, por essa razão, Langsdorff escreveu para a Fazenda Mandioca, no Rio de Janeiro, para que lhe encaminhassem um ajudante experiente. As habilidades do Alexandre eram tão impressionantes que Langsdorff cogitara chamar um aluno do naturalista austríaco Johann Natterer (SILVA, 1997b, p. 50):

“Por isso, quero aproveitar o próximo correio para escrever para o Rio de Janeiro, pedindo que me mandem um certo Domingos, aluno de Natterer, que agora está com o Sr. Scheiner. Nos últimos oito dias, aprofundei-me bastante no estudo das línguas e características das diversas nações que terei oportunidade de observar em breve”.

Johann Natterer (1787-1843) foi um naturalista e explorador austríaco que em 1817 veio ao Brasil na expedição financiada pelo imperador Francisco I da Áustria por ocasião do casamento da sua filha Maria Leopoldina de Áustria com o príncipe herdeiro, Dom Pedro de Alcântara, que mais tarde viria a tornar-se imperador do Brasil. Natterer foi o zoólogo da expedição, juntamente com outros naturalistas, incluindo Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius. Johann Natterer permaneceu na América do Sul por 18 anos, até 1835. Voltou à Áustria com uma grande coleção de espécimes que hoje fazem parte da coleção com mais de 60.000 insetos do Departamento Brasileiro no "Naturhistorisches Museum" (GOELDI, 1894/96; Vanzolini, 1993).

No entanto, nos trechos finais dos diários de Langsdorff, não há registros que confirmem que Domingos tenha sido efetivamente contatado ou tenha se integrado à expedição. Uma possível explicação é que o escravizado Roberto tenha assumido algumas das funções atribuídas a Alexandre, uma vez que também possuía habilidades de caça e conhecimentos zoológicos, conforme evidenciado em passagens do segundo diário de Langsdorff (SILVA, 1997b, p. 144):

“Para minha alegria, Roberto trouxe hoje cedo dois *Vultur* que havia abatido, provavelmente *Papa*, aqui chamados de corvo-branco, que apresenta um jogo de cores na cabeça”.

Além do Roberto, o Consul também pôde contar com um jovem indígena chamado Gabriel Ribeiro Filho, procedente do rio Negro, que o auxiliaria em suas atividades de coletas biológicas, como consta nos relatos do seu diário de 20 de maio de 1827 (SILVA, 1997c, p. 100):

Hoje o Gabriel Ribeiro (ver dia 17) veio para a missa e para conversar comigo. Não foi preciso fazer nenhum esforço para convencê-lo a partir comigo e regressar à sua terra natal. A aquisição desse homem foi o meu maior feito do dia de hoje. Ele

é forte e jovem, prestativo, comportado, exímio caçador e flecheiro, fala português e diz falar também a língua geral dos índios. Acertamos que ele receberia 3 oitavas (=3.600 réis) por mês e que começaria a trabalhar depois de amanhã. Além de todas essas qualidades, ele ainda gosta de caçar e deverá aprender, com o Peixoto, a empalhar aves e criar amor por esse trabalho.

Nos relatos de Langsdorff não foram encontrados outros trechos que dê mais detalhes sobre o auxiliar Peixoto, que foi incumbido de ensinar ao indígena Gabriel o ofício de empalhar aves, portanto não temos como afirmar se este auxiliar era um homem branco livre ou negro escravizado que acompanhava a expedição.

Outros naturalistas contemporâneos de Langsdorff, como Auguste de Saint-Hilaire (1799-1853), Johann Baptist von Spix (1781-1826) e Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) também se utilizaram da mão de obra escrava como carregadores e auxiliares de campo em suas expedições científicas. Nos relatos de Saint-Hilaire há diversas observações de teor racista em suas narrativas, como atribuir à “predisposição indolente e preguiçosa” de negros e mestiços as dificuldades de encontrar mão-de-obra que o auxiliasse em suas viagens (GOELDI, 1894-96; VERSIANI, 2000).

Na sua primeira expedição, do Rio de Janeiro à Minas Gerais, pelo caminho do Proença, Langsdorff contava com os serviços do pintor alemão Johann Moritz Rugendas (1802-1858), desenhista e ilustrador oficial, que era encarregado de registrar tudo aquilo que o Barão achasse apropriado cientificamente. Rugendas registrava a paisagem local, os costumes e pessoas da sociedade, além de plantas e animais (RICHERT, 1960). Dentre vários desenhos, há um que se chama “Caçador colonial – Auxiliar de caçador na missão Langsdorff” datada de 1823 em Magé, Rio de Janeiro (Figura 3) (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 2020, p 08). Esta gravura retrata um jovem escravizado sentado à sombra de uma árvore com uma espingarda e várias caças abatidas. Ele está sentado, curvado para a frente, com o rosto triste e a cabeça apoiada em uma das mãos, aparentando um ar de resignação e tristeza, que pode ser fruto do seu cansaço ou castigo sofrido.

Assim como Raj (2013) adverte acerca da tendência de certos estudos pós-coloniais e pós-positivistas de reiterar a dicotomia centro-periferia, Antunes (2013) argumenta que a produção visual de Rugendas frequentemente operava por meio de códigos culturais europeus, os quais reinterpretavam e categorizavam o outro colonial. Por sua vez, Slenes (2022) investiga as complexas dinâmicas sociais e culturais dos escravizados, destacando a persistência de saberes próprios mesmo sob um regime violento.

Nesse contexto, a gravura de Rugendas (Figura 3) transcende a função de mero registro etnográfico, constituindo-se como uma narrativa visual impregnada de simbolismo. A pose resignada do caçador, interpretada por Slenes (2022) à luz da iconografia cristã do “Homem das Dores”, transforma o sofrimento real em uma representação estetizada do pathos. Rugendas não apenas registra um trabalhador fatigado, mas também captura – e possivelmente romanticiza – a condição de sujeição e melancolia inerente à escravidão, mesmo em situações de relativa especialização, como a de auxiliar de caça.

Dessa forma, a imagem efetua um duplo movimento: ao mesmo tempo que torna o escravizado visível como tipo social, invisibiliza-o como indivíduo detentor de uma história e saberes específicos, os quais permanecem anônimos e subordinados à missão

científica a que serviam. Essa análise corrobora a crítica formulada por Antunes (2013) quanto ao olhar eurocêntrico que frequentemente obscurecia a subjetividade e os conhecimentos dos sujeitos representados.

Não há maiores informações sobre esta gravura, mas tudo dá a entender que este escravizado seja um auxiliar de campo de Langsdorff e, por esta razão, levantamos a hipótese de que este escravizado retratado possa ser o Alexandre ou Roberto, já citados neste artigo.



Figura 3- Caçador colonial – Auxiliar de caçador na missão Langsdorff. Fazenda de Mandioca, Serra da Estrela, 1823.

Outro caso interessante das habilidades de um escravizado utilizadas em uma expedição exploratória e científica foi o de York (1770–75 – após 1815), um escravo que participou da expedição dos exploradores Norte Americanos Capitão Meriwether Lewis (1774 – 1809) e Tenente William Clark (1770 – 1838). York foi crucial para o sucesso da expedição, pois era um caçador habilidoso e um exímio naturalista, pois ajudou a descrever novas plantas e animais. No entanto, York nunca foi formalmente reconhecido por suas contribuições à história natural dos Estados Unidos (JOHNSGARD, 2003; CHARLES & GALLO, 2021).

A história dos escravizados auxiliares de campo foi marcada por injustiças e paradoxos, pois além de terem tido uma contribuição científica significativa, não foram devidamente reconhecidos e suas contribuições foram frequentemente ignoradas ou atribuídas a seus senhores ou supervisores. Além do que, suas condições de trabalho

eram precárias e muitas das vezes enfrentaram condições perigosas e difíceis, sem direitos ou proteção, sob o domínio da exploração e opressão.

Para reconhecer e reparar essas injustiças se faz necessário revisar a história da ciência para incluir contribuições destes escravizados, homenagear seus legados e contribuições e promover a diversidade e inclusão das suas contribuições na ciência contemporânea.

Considerações Finais

A expedição Langsdorff emerge não como um feito heroico de um naturalista isolado, mas como um microcosmo do colonialismo científico. Seu sucesso foi constituído pela exploração dupla, a do trabalho braçal e a apropriação dos saberes técnicos de escravizados como Alexandre. Os diários do barão revelam menos contradições éticas e mais a operacionalização cotidiana de um sistema de poder que naturalizava a coisificação humana como parte do método científico da época. Reconhecer que a produção do conhecimento foi moldada por esta violência epistêmica é o primeiro passo para uma historiografia que não apenas inclua, mas entenda a fundo o papel desses agentes históricos invisibilizados.

A análise dessas fontes históricas evidencia como a ciência da época estava profundamente ligada a estruturas de opressão, naturalizando a escravidão mesmo entre intelectuais e exploradores. Outros naturalistas, como Saint-Hilaire e Martius, também se beneficiaram do trabalho escravizado, reforçando um padrão de apagamento de suas contribuições. A representação de um escravizado naturalista nas gravuras de Rugendas sugere uma tentativa de registro visual de sua relevância, ainda que sua identidade permaneça incerta, simbolizando o silenciamento imposto a esses indivíduos.

Conclui-se que a expedição Langsdorff operou como uma pequena fração do pensamento abissal moderno. Seu sucesso material e científico foi constitutivamente dependente da lógica de apropriação/violência que vigorava na era colonial e imperial, onde saberes foram roubados e corpos, descartados. Reconhecer o papel dos escravizados Alexandre, João e Roberto transcende, portanto, a justiça histórica; é um ato de justiça cognitiva. Alinha-se ao projeto das epistemologias do Sul, que buscam aprender com o Sul, validar saberes subalternizados e construir uma ecologia de saberes que enfrente a monocultura da ciência moderna. Esta revisão historiográfica é um passo crucial na descolonização do saber, articulando perspectivas críticas à epistemologia moderna, em estreita associação com abordagens contra-disciplinares, para que possamos, finalmente, honrar o legado daqueles que foram produzidos como inexistentes pela ciência colonial e imperial.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Anderson Pereira. A iconografia dos viajantes oitocentistas: um estudo comparativo das imagens realizadas no Brasil do século XIX. 2013. 124 f.

Monografia (Especialização em Divulgação da Ciência, da Tecnologia e da Saúde) – Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz; Casa da Ciência, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Fundação CECIERJ; Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2013.

BANCO DO BRASIL. Expedição Langsdorff. Tradução Vik Birkbeck, Elena Vássina, David Gonzalez e Fernanda Felisberto. Rio de Janeiro: Trena, 2010. 247 p. E-book. Disponível em: <https://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/Langsdorff.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2024.

CHARLES Jr., Chavis.; GALLO, Travis. York: The unacknowledged assistant to the Lewis and Clark Expedition. The Enslaved Naturalist. John Mitchell, Jr. Program for History, Justice, & Race: Digital Museum, 1 nov. 2021. Disponível em: <https://jmjp.gmu.edu/the-enslaved-naturalist/york/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

FLORENCE, Hercules. Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829. Tradução do Visconde de Taunay. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007. (Edições do Senado Federal; v. 93). Disponível em : <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/188906>. Acesso em: 25 nov. 2024.

FREITAG-ROUANET, Bárbara. Viajando com Langsdorff. 1. ed. Brasília: Edições do Senado Federal, 2013. v. 195.

GOELDI, Emílio Augusto. Johannes von Natterer. Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia. Belém, v. 1, n. 1/4, p. 189-217, 1894/96. Disponível em: <https://repositorio.museu-goeldi.br/handle/mgoeldi/1068?mode=full>. Acesso em: 25 nov. 2024.

JOHNSGARD, Paul A. Lewis and Clark on the Great Plains: a natural history. Lincoln; London: University of Nebraska Press, 2003. Publicado em parceria com o Center for Great Plains Studies, University of Nebraska–Lincoln. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20210509024824/https://lewisandclarkjournals.unl.edu/item/lc.sup.johnsgard.01.00>. Acesso em: 25 nov. 2024.

LOPES JUNIOR, Carlito. Das impressões dos viajantes ao patrimônio arqueológico: o extinto município de Estrela-RJ. In: MAIA, Andréa Casa Nova; CARRIS, Luciene (org.). Constelações urbanas: cidade, memória e patrimônio em debate. Rio de Janeiro: Onirá Editora, Selo Novos Griôts, 2025. p. 57-79. Disponível em:

https://www.academia.edu/143302456/Das_Impress%C3%B5es_dos_Viajantes_ao_Patrim%C3%B4nio_Arqueol%C3%B3gico_o_extinto_munic%C3%ADpio_de_Estrela_RJ?source=swp_share. Acesso em: 20 ago. 2025.

KOMISSAROV, Boris. Expedição Langsdorff: acervo e fontes históricas. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 80, p. 5-10, mar. 2008. Disponível em: [link ou informação do arquivo]. Acesso em: 25 nov. 2024.

MONTEIRO, S.; KAZ, L. Expedição Langsdorff ao Brasil 1821-1829: iconografia do Arquivo da Academia de Ciências da Rússia. Reprodução fotográfica por

Claus C. Meyer. Texto, classificação científica e comentários por Luiz Emygdio de Mello Filho e outros. Rio de Janeiro: Edições Alumbramento: Livroarte Editora, 1998.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (Brasil). Coleção Johann Moritz Rugendas (RG): inventário analítico. Revisado por Isabel Lenzi em 09 dez. 2020. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, 2010. Disponível em: <https://atom-mhn.museus.gov.br/downloads/johann-moritz-rugendas-2.pdf>. Acesso em: 12 maio 2025.

RAJ, Kapil. Beyond Postcolonialism... and Postpositivism: Circulation and the Global History of Science. *Isis*, Chicago, v. 104, n. 2, p. 337–347, jun. 2013. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/670951>. Acesso em: 25 nov. 2024.

RICHERT, G. Johann Moritz Rugendas: un pintor alemán en Ibero-America. *Anales de la Universidad de Chile*, Santiago, n. 119, p. 311-353, 1960. Disponível em: <https://anales.uchile.cl/index.php/ANUC/article/view/23365/24700>. Acesso em: 25 nov. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 79, p. 71-94, nov. 2007. Disponível em: [link ou informação do arquivo]. Acesso em: 25 nov. 2024.

SILVA, Danilo Gil Bernadino (Org.). Os diários de Langsdorff. v. 1. Tradução Márcia Lyra Nascimento et al. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997. 400 p. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/q5cc4>. Acesso em: 25 nov. 2024.

SILVA, Danilo Gil Bernadino (Org.). (Org.). Os diários de Langsdorff. v. 2. Tradução Márcia Lyra Nascimento et al. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997. 333 p. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/hwhyp>. Acesso em: 25 nov. 2024.

SILVA, Danilo Gil Bernadino (Org.). (Org.). Os diários de Langsdorff. v. 3. Tradução Márcia Lyra Nascimento et al. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997. 295 p. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/pt88n/pdf/silva-9788575412466.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2025.

SILVEIRA, Patrícia Gomes. Caminhos históricos sob o olhar de Rugendas: a ligação entre Rio de Janeiro e Minas Gerais. *Confins: Revue Franco-Brésilienne de Géographie / Revista Franco-Brasileira de Geografia*, [S. l.], n. 57, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.49220>. Acesso em: 19 maio 2025.

SLENES, Robert W. As provações de um Abraão africano: a nascente nação brasileira na Viagem Alegórica de Johann Moritz Rugendas. *Revista de História da Arte e da Cultura*, Campinas, SP, v. 2, n. 2, p. 271–294, 2022. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rhac/article/view/15686>. Acesso em: 25 nov. 2024.

VANZOLINI, P. E. As viagens de Johann Natterer no Brasil, 1817–1835. Papéis Avulsos de Zoologia, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 17–60, 1993. Disponível em: <https://revistas.usp.br/paz/article/view/211550/193790>. Acesso em: 10 fev. 2025.

VERSIANI, Flávio Rabelo. Os escravos que Saint-Hilaire viu. História Econômica & História de Empresas, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 7-42, 2000. Disponível em: <https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/123>. Acesso em: 25 nov. 2024.

